



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE LETRAS

**DIGLOSSIA NA COSTA DO MARFIM: A RELAÇÃO ENTRE O FRANCÊS  
E AS LÍNGUAS NACIONAIS**

JÚLIA MARIÁH DIAS DE LIMA

Rio de Janeiro  
2019

JÚLIA MARIÁH DIAS DE LIMA

DIGLOSSIA NA COSTA DO MARFIM: A RELAÇÃO ENTRE O FRANCÊS E AS  
LÍNGUAS NACIONAIS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licencianda em Letras na habilitação Português/ Francês.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Balga Rodrigues

Rio de Janeiro  
2019

## CIP - Catalogação na Publicação

D732d DIAS DE LIMA, JÚLIA MARIÁH  
DIGLOSSIA NA COSTA DO MARFIM: RELAÇÃO ENTRE O  
FRANCÊS E AS LÍNGUAS NACIONAIS / JÚLIA MARIÁH DIAS DE  
LIMA. -- Rio de Janeiro, 2019.  
28 f.

Orientador: LUIZ CARLOS BALGA RODRIGUES.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Letras, Licenciado em Letras: Português -  
Francês, 2019.

1. DIGLOSSIA. 2. COSTA DO MARFIM. 3. MERCADO  
LINGUÍSTICO. 4. PODER SIMBÓLICO. I. BALGA RODRIGUES,  
LUIZ CARLOS, orient. II. Título.

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a averiguar a diglossia na Costa do Marfim, analisando os papéis que a língua oficial - o francês - e as línguas nacionais assumem na sociedade marfinense. Para isso pretendemos nos basear nos conceitos de “mercado linguístico” e “poder simbólico” (Bourdieu, 1996) e “conflito linguístico” (Calvet, 1987) para compreendermos a situação linguística do país.

## ABSTRACT

This research intends to investigate the diglossia in Ivory Coast, analyzing the roles the official (French) and national languages play in Ivorian Society. In order to understand the linguistic situation of the country, we will based our study on the concepts of “linguistic market” and “symbolic power” (Bourdieu, 1996) and “linguistic conflict” (Calvet, 1987).

## RÉSUMÉ

Cette recherche vise à étudier la diglossie en Côte d'Ivoire, en analysant les rôles que jouent la langue officielle – le français – et les langues nationales dans la société ivoirienne. Pour cela, nous allons nous appuyer sur les concepts de « marché linguistique » et de « pouvoir linguistique » (Bourdieu, 1996) et de « conflit linguistique » (Calvet, 1987) pour comprendre la situation linguistique du pays.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>CONCEITOS TEÓRICOS.....</b>	<b>2</b>
2.1 –	Diglossia.....	2
2.2 –	Políticas Linguísticas e Planejamento Linguístico.....	6
2.3 –	Atitude Linguística .....	7
2.4 –	Poder Simbólico e Mercado Linguístico.....	8
<b>3.</b>	<b>COSTA DO MARFIM .....</b>	<b>11</b>
3.1 –	Conhecendo a Costa do Marfim.....	11
3.2 –	Situação Linguística na Costa do Marfim.....	14
<b>4.</b>	<b>O SISTEMA ESCOLAR E AS LÍNGUAS NA COSTA DO MARFIM.....</b>	<b>17</b>
4.1 –	Contexto escolar.....	17
4.2 –	Línguas Nacionais no sistema escolar marfinense.....	18
4.3 -	Tentativas de alfabetização através das línguas nacionais.....	21
4.4 -	Dificuldades na inserção das línguas nacionais no sistema escolar marfinense .....	23
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O continente Africano é um dos seis continentes do mundo, sendo o terceiro maior em extensão territorial. É o segundo continente mais populoso da terra, representando cerca de um sétimo da população mundial.

É notória a grande diversidade étnica, cultural e linguística que existe nos 54 países do continente. Este, porém, é sempre associado a imagens de miséria, pobreza e conflitos, sem um pensamento crítico de que esses fatos têm uma explicação na história.

Durante os séculos de colonização, a população do continente africano sofreu com os saques de matéria-prima, de terras e a exploração de seu povo. Para intensificar os problemas que o período de colonização trouxe ao continente, no final do século XIX, por reivindicações de países europeus, ocorre a partilha da África. Este processo, por influência do pensamento imperialista, é conhecido por ter dividido o continente em partes e as ter redistribuído para os países de grande poder econômico da época. Tal processo teve grande influência nos problemas enfrentados pelos países africanos até hoje. Povos que antes eram independentes uns dos outros, muitas vezes foram obrigados a conviver no mesmo espaço geográfico. Isto gerou diversos conflitos.

Nesta pesquisa, teremos como objetivo entender os conflitos linguísticos que este processo causou, mais precisamente, a maneira como a língua francesa – língua oficial – e as línguas nacionais convivem atualmente no território da Costa do Marfim, em especial nas instituições de ensino. Vamos nos basear nos conceitos de diglossia, atitude linguística, mercado linguístico e poder simbólico.

Nosso objetivo é descobrir o espaço que a língua oficial e as línguas nacionais mais faladas ocupam no cotidiano da população e quais as influências da sociedade marfinense neste ambiente. Tentaremos descobrir, se é assegurado à língua oficial e às nacionais algum papel por parte de planejamentos linguísticos nos ambientes educacionais do país, se há algum tipo de política linguística para elas, e também, se há algum tipo de movimento de valorização das línguas nacionais do país.



Será mostrada a forma diferenciada como essas línguas parecem ser utilizadas nas instituições do país, e se isso tem alguma relação com a ideia de superioridade da língua francesa, desde o período colonial.

Também tentaremos entender qual a atitude linguística dos falantes em relação à língua oficial e às línguas nacionais do país e como essas atitudes foram construídas ao longo da formação da Costa do Marfim.

Para entender estas situações na Costa do Marfim, levantaremos o nosso *corpus* através das legislação que trata do sistema de ensino e da educação, e também de textos referentes à situação linguística do país em questão. Já para a análise desses dados, utilizaremos a análise documental, com base em Cellard (2008).

## **2.0 – Conceitos Teóricos**

O trabalho em questão baseou-se em conceitos teóricos do campo da sociolinguística para entender como se dá a relação entre língua e sociedade, e como esta última influencia na escolha dos falantes perante uma língua. Para entendermos melhor esta situação, utilizaremos os conceitos a seguir.

### **2.1 - Diglossia**

O termo diglossia tem origem grega. Ao analisarmos a palavra, podemos entendê-la um pouco mais. O prefixo -di quer dizer “duas”, e a raiz -glossia quer dizer “língua”.

Um dos seus primeiros usos foi para demonstrar a situação linguística que a Grécia vivia no século XIX. Em 1821, a Grécia torna-se independente do Império Otomano e com a construção desse novo Estado, seria necessário escolher qual seria a língua oficial do novo país. Contudo, desde a época de dominação do território grego pelos Otomanos, a variedade clássica e vernácula (variedade popular) da língua grega sempre tiveram divergências e lutavam por um espaço.

Na tentativa de resolver tal situação, uma norma padrão fundamentada no léxico e gramática do grego antigo foi criada para tentar suprir as necessidades do mundo moderno. Essa norma ficou conhecida como “língua purificada”.

Os cidadãos gregos tinham que usar esta norma padrão, além das demais existentes no país, que eram consideradas derivadas da língua grega. Os gregos, porém, tinham uma língua materna (que também não era muito distante da língua grega) que empregavam nos ambientes informais, em casa, no mercado. No entanto, teriam de aprender esta nova norma para empregar nos ambientes mais formais. A diferença linguística entre essas línguas não era grande, geralmente eram alguns termos que diferenciavam. Entretanto, tinham usos distintos na sociedade.

Tal situação de uso diferenciado das variedades começou a ser percebido e indagado pelos cidadãos. Os pensadores da época começaram a criticar até que ponto o uso desta norma padrão era um uso natural. No final do século XIX, um escritor francês de origem grega chamado Jean Psichari, inicia esta discussão. No seus *Essais de grammaire historique néo-grecque* de 1885, ele afirma:

Seulement aujourd’hui nous avons autour de nous, et à portée de l’oreille, le meilleur critérium pour décider avec certitude que cette langue est une langue artificielle et de convention: ce critérium c’est la langue moderne, la langue populaire que nous entendons parler tous les jours. Aussi dès que nous trouvons dans un auteur la forme ἐστὶ à côté de la forme εἶναι, nous savons très bien que ἐστὶ est une forme rapportée de l’école, et que εἶναι est la seule forme vivante, puisque c’est aujourd’hui la seule forme employée par le peuple. Ici nous sommes en mesure de discerner le vrai du faux, et de faire la séparation des deux langues (*apud* FERNÁNDEZ, 1995, p.180 *apud* LINHARES E ALENCAR, 2016, p.496)

A essa passagem o autor acrescenta uma nota em que diz “Comme l’a spirituellement dit M. Rhöidis dans un récent article paru dans les numéros 1056-1057, 16-17 avril de 1885, du journal Akropolis, on souffre aujourd’hui de diglossie”. Dessa forma, graças a Psichari, a palavra diglossia tornou-se um termo que explicava a situação linguística grega.

Com o passar do tempo, a palavra começou a ser usada para exemplificar situações semelhantes existentes em outros outros lugares.

No século XX, especificamente na década de 30, surgem artigos que tratam da diglossia nos países árabes. O primeiro deles é intitulado *La diglossie arabe* e trata do ensino de segundas línguas. Assim como na Grécia, nos países árabes a variedade vernácula acumulou ao longo dos anos diferenças em relação à norma de prestígio. Dessa forma, quando

estes países se tornaram independentes, foi preciso ajustar essa norma de prestígio, que era quase uma outra língua para as necessidades modernas.

Em síntese, esse foi o contexto que contribuiu para que o sociolinguista norte-americano Charles Ferguson desse ao termo diglossia uma definição científica na área da sociolinguística. Em seu artigo publicado em 1959 com o título de “Diglossia” ele a define como:

uma situação linguística relativamente estável em que, além dos dialetos primários da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade sobreposta, muito divergente, altamente codificada (amiúde gramaticalmente mais complexa), veículo de uma grande e respeitada parcela da literatura escrita, quer de um período anterior quer de outra comunidade de fala, e que é aprendida essencialmente pela educação formal e usada para a maioria dos propósitos escritos e formais, mas não é usada por nenhum segmento da comunidade para a conversação ordinária (FERGUSON, 1959, p.244-245 apud LINHARES e ALENCAR, 2016, p. 498)

Para exemplificar esta definição, Ferguson utiliza as situações linguísticas da Grécia e dos países árabes e acrescenta a situação vivida na Suíça com o Alemão vernáculo e no Haiti com o crioulo. Em todas essas situações, os falantes utilizavam nos ambientes formais uma variedade chamada pelo autor de “alta” ou “A” (o grego padrão, o árabe padrão, o alemão padrão e o francês padrão) e as demais variedades chamadas de “baixa” ou B (o grego vernáculo, o árabe vernáculo, o alemão vernáculo e o francês vernáculo) em ambientes informais. A variedade alta é uma variedade literária, clássica e é ensinada nas escolas e usada nos ambientes administrativos. Já a variedade baixa, em geral não tem escrita, nem reconhecimento oficial. É uma língua ensinada e falada em casa ou ambientes menos formais, como no mercado e entre amigos.

A definição de Ferguson estabelece uma série de condições para a existência da diglossia, condições que remetem à codificação, ao uso e às funções das duas variedades. Ao total foram nove aspectos que foram detalhados em seu artigo de 1959.

O primeiro deles é referente às funções sociais, ou seja, a variedade alta é usada em ambientes formais, no sistema de ensino, nas repartições públicas, na mídia. Enquanto a variedade baixa é destinada a ambientes familiares, entre amigos, nas ruas.

O segundo é sobre prestígio. Para que uma variedade seja chamada de alta é porque ela aproveita um prestígio relacionado à literatura, à escrita, a uma língua mais elevada. E, da outra parte, a variedade baixa é relacionada a uma língua sem requinte, de segunda classe, não digna de ser usada nos ambientes mais elevados.

Já o terceiro aspecto para o autor é definido assim: “a variedade alta costuma ser o veículo de uma literatura culta muito ampla e muito valorizada. Já na variedade baixa compõem-se, de costume, de obras da chamada literatura oral” (FERGUSON, 1972, p. 238).

O quarto e quinto aspectos são para explicar como os indivíduos adquirem as variedades. A alta é adquirida por meio da escolarização, ou seja, é preciso que o indivíduo frequente os meios escolares de seu país. Esta variedade não costuma ser a língua materna dos falantes. Já a variedade baixa é o contrário, ela é transmitida dos mais velhos para os mais novos, por meio da tradição oral já mencionada acima.

O sexto aspecto é para tratar da definição de Ferguson, de que a diglossia é uma situação estável. Para o autor, onde existe diglossia, ela já atua há muitas gerações.

O sétimo, oitavo e nono aspectos são referentes à gramática, ao léxico e à fonologia, respectivamente. De acordo com Ferguson, a diglossia também é influenciada por haver diferenças entre as gramáticas e os léxicos das variedades. Para ele, dependendo do que o indivíduo quiser escrever sobre determinado assunto, ele sentirá falta de uma ou de outra variedade. Quanto à fonologia, as características fonológicas da variedade alta formam um sistema e o da baixa variedade também. Ambos podem ser semelhantes, como é caso da Grécia, ou totalmente diferentes.

Uma das características da definição de diglossia de Ferguson que ficou sempre atrelada a ele e ao longo dos anos recebeu várias críticas é de que este fenômeno só acontece com variantes da mesma língua.

Ao longo dos anos seguintes, vários autores aperfeiçoaram e acrescentaram características ao termo diglossia. A definição usada na pesquisa em questão será a do autor Louis-Jean Calvet.

Diferentemente de Ferguson (1959), Calvet expande o conceito e afirma que a diglossia acontece também entre línguas diferentes e através de fatores sociais. Assim, o autor afirma que a língua e a sociedade são sistemas estruturados e não itens separados. As variedades linguísticas não são livres, mas correlacionadas a diferenças sociais e, à vista disso, as dominações linguísticas refletem as dominações sociais.

Dessa maneira, o termo diglossia, para Calvet, não pode ser desvinculado das relações sociais. A diferença do uso das línguas ocorre, por estas carregarem em si *status* sociais, políticos, de pertencimento ou não a um certo grupo. Línguas com mais prestígio são usadas em circunstâncias mais formais, enquanto outras, de menor prestígio social, ficam restritas a ambientes informais. Línguas são ligadas a relações de força, poder e negociação e a diglossia é um conflito entre o uso de duas ou mais línguas.

## **2.2 – Políticas Linguísticas e Planejamento Linguístico**

A interferência humana sempre esteve presente nas línguas e nas situações linguísticas, sempre existiram tentativas de legislar, impor o uso “correto” ou tentar intervir nelas. Os poderes econômico e político, da mesma maneira, influenciam e privilegiam uma língua em detrimento de outra e, por vezes, acabam governando o povo com uma língua usada por poucos.

Ligados a essa situação estão relacionados dois conceitos: a política linguística e o planejamento linguístico (Calvet 2002). O primeiro conceito se refere a determinações referentes às relações entre língua e sociedade e acompanha sempre os movimentos sociais e econômicos, enquanto o planejamento político será a implementação dessas políticas. A política linguística não pode ser separada da sua implementação. Para Calvet, a linguística é o estudo da sociedade através da língua e, para ele, as línguas estão a serviço do homem e não o contrário. O planejamento linguístico, as escolhas a serem utilizadas para determinadas funções, são atribuições do Estado, que tem meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas. O problema é saber em que medida a organização linguística de uma sociedade (as línguas em contato, seus domínios de uso, etc.), responde às necessidades de comunicação dessa sociedade.

Elas também podem sofrer intervenções denominadas por Calvet (2002) como sendo de iniciativa *in vivo* e *in vitro*. As intervenções *in vivo* nascem das escolhas dos falantes, sem que haja uma influência direta do Estado. A solução de um problema é feito através de práticas sociais. Este tipo de intervenção serve também para fortalecer a identidade de um grupo. Sobre as iniciativas *in vitro*, são aquelas que se fazem por leis ou decretos como uma ação do poder sobre a evolução de uma dada situação e que são consideradas oficialmente como a política linguística. Para isso, este tipo de intervenção se utiliza de alguns meios, tais como a padronização da língua, criação de novas palavras, determinação de função para as línguas.

### 2.3 – Atitude Linguística

Este conceito atua no imaginário dos falantes em relação às línguas. De acordo com a literatura sociolinguística, a atitude linguística:

atua de forma muito ativa nas mudanças de código ou alternância de línguas; é um fator decisivo, junto à consciência linguística, na explicação da competência dos falantes; permite ao pesquisador aproximar-se do conhecimento das reações subjetivas diante da língua e/ou línguas que usam os falantes; e influi na aquisição de segundas línguas. (GÓMEZ MOLINA, 1987, pg.25 *apud* AGUILERA, 2007, pg. 105).

A atitude linguística que os indivíduos assumem sobre um determinada língua influencia grandemente no caráter identitário desta, ou seja, identificando um povo de outro, uma etnia da outra. Um observação importante a se fazer sobre este conceito é de que os grupos de maior prestígio social ou que possuem um poder econômico grande, ditam as atitudes linguísticas de uma sociedade. Atitude linguística também está ligada aos que possuem o poder na sociedade.

O conceito em questão e identidade são ideias que não podem ser desvinculadas, pois uma atua sobre a outra. Segundo Moreno Fernández (1998) a identidade pode ser definida de duas maneira:

- (i) objetiva, ou seja, caracterizando-a pelas instituições (educacionais, artísticas, políticas, culturais, sociais, religiosas) que a compõem e pelas pautas culturais (usos, costumes, tradições) que lhe dão personalidade; ou
- (ii) subjetiva, antepondo o sentimento de comunidade partilhado por todos os

seus membros e a idéia de diferenciação com respeito aos demais. (1998, p.180 *apud* AGUILERA, 2007, p. 106)

Quando um falante demonstra o não pertencimento um grupo, ele o faz de maneira subjetiva, pois tenta guardar o sentimento de grupo que partilha com os indivíduos semelhantes a ele e classifica o outro como diferente.

Dessa forma, com todas as influências que o termo sofre, podemos defini-lo como: “a maneira como sujeitos avaliam línguas, variantes, variáveis linguísticas ou, mais frequentemente, locutores expressando-se em línguas ou variantes linguísticas particulares.” (LAFONTAINE,1997, p. 56 *apud* RODRIGUES, 2012, p.362).

Assim, entendemos que a atitude linguística é uma postura em relação a uma língua. É a maneira como os indivíduos se manifestam perante diversas línguas diferentes ou variantes de uma mesma língua.

Línguas não podem ser entendidas somente como signos linguísticos, separadas de toda a influência que sofrem da sociedade. Elas carregam em si conotações sociais, marcas identitárias, valores culturais e sentimentais e tudo isso irá se manifestar quando o falante usa a língua ou tem contato com outras línguas. A escolha e o uso de determinada forma linguística dependem de fatores extralinguísticos, como o geográfico, o socioeconômico, o gênero dos falantes e, inclusive, de atitudes linguísticas.

A atitude linguística positiva ou negativa de uma língua pode determinar o ensino dela no ambiente escolar, o seu uso em ambientes administrativos ou mais formais, enquanto outras possuem o seu uso associado a situações informais ou de menos prestígio por terem uma imagem negativa.

#### **2.4 - Poder simbólico e Mercado Linguístico**

Estes dois termos foram criados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que revolucionou os estudos sobre a linguagem e a comunicação.

Nas décadas de 60 e 70, os linguistas que atuavam na área de entendimento da língua e da comunicação, eram fortemente influenciados pelos estudos de Saussure (1916) e o

estruturalismo, entendiam as línguas como signos a serem codificados e que não sofriam com as intervenções da sociedade.

Bourdieu surge neste cenário para revelar os riscos que esta visão geraria para os estudos linguísticos. Para o sociólogo, a lógica usada até então não seria capaz de explicar a influência dos agentes sociais nas linguagens. Esse modelo de estudo não traduzia a práxis humana, pois não trabalhava os indivíduos e a sociedade como sendo campos que se interligavam. Esta vertente tinha como objetivo a estrutura dos signos e os seus deciframentos, mas não dava atenção à sua prática, como era usada pelos falantes.

No momento em que os estudos englobando sociedade e língua começam a aparecer, observa-se que “o simples conhecimento do código não permite senão imperfeitamente dominar as interações linguísticas realmente efetuadas” (Bourdieu,1983, p.50-51 *apud* LIRÁUCIO, 2017, p. 3). À vista disso, uma nova maneira de analisar as trocas linguística surge e esta passa a levar em consideração as simbologias existentes no mundo, ou seja, os valores que os indivíduos imprimem na língua, pois

Se as trocas linguísticas são relações de comunicação, elas não se reduzem de forma alguma a essa função. Isolar a linguagem de suas condições sociais de produção é ignorar que a resposta para a eficácia simbólica da comunicação não está na linguagem em si mesma, mas no mundo social que a produziu. Logo, relações de comunicação são relações de poder fundadas em um arbítrio, em relações de violência simbólica, socialmente instituídas. (LIRÁUCIO, 2017, P.3)

Deste modo, Bourdieu insere nos estudos linguísticos aspectos antes não pensados, traz a noção de mercado (linguístico), lucro e valor (simbólico) para a língua. Esta é um objeto que não está acessível a todos e para atingi-la são necessários investimentos, concorrência, marginalização e relações de força. Para Bourdieu,

A língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço. Somente esta espécie de criação continuada que se opera em meio às lutas incessantes entre as diferentes autoridades envolvidas, no seio do campo de produção especializada, na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítima, pode assegurar a permanência da língua legítima e de seu valor, ou seja, do reconhecimento que lhe é conferido (Bourdieu, 1996 p. 45).



Assim sendo, as situações de comunicação passam a ser enxergadas pelo autor como um mercado simbólico. Uma comunicação bem sucedida passa a ser vista como uma forma de capital e de lucro e, com isso, surge a ideia da Economia das trocas simbólicas, que seria o entendimento de que o discurso não é uma troca de signos em uma determinada situação, mas sim o encontro de certas disposições sociais. A fala de um indivíduo possui um valor e poder que está relacionada com as instituições da sociedade que o mantêm nesta posição, devido à sua força simbólica e relação de poder.

Para que uma comunicação tenha condições de sucesso é necessário que haja uma relação de poder desigual, a qual Bourdieu chama de poder simbólico. Este poder que a fala possui, é capaz de realizar ou impedir várias situações na sociedade. O autor o define como

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 1989, p. 14- 15).

Com esta afirmação do autor, podemos inferir que existem na sociedade disputas de discursos, uma luta para a manutenção de uma ideia e um lugar nas esferas mais altas da sociedade. O discurso que se encontra em uma posição privilegiada na comunicação é aquele que passa a visão de mundo, a visão do que deve ser desejado ou do que deve ser deixado à margem pelos indivíduos. Os diferentes discursos estão sempre disputando por poder e são vistos como bem simbólicos, podem receber valores diferentes, de acordo com a sua posição no mercado linguístico. Para entendermos do que trata este mercado, é preciso lembrar das noções de economia, lucro e valor, que Bourdieu trouxe para a análise das línguas.

Precisamos olhar para a situação de comunicação como um mercado de valores e as línguas estarão em jogo neste mercado. Dependendo do poder que uma determinada língua possua, ela estará mais valorizada ou não neste mercado de valores linguístico. Geralmente, as línguas ligadas à literatura, à arte, à tradição escrita possuem o seu valor muito alto, enquanto, por exemplo, as línguas de tradição oral se encontram com valores baixíssimos. As línguas

são vistas como signos de riqueza e, deste modo, o mercado linguístico traz a concepção de valorização ou desvalorização de uma língua referente às condições sociais em que ela ocorre.

Um exemplo de como o mercado linguístico atua de maneira implacável no uso das línguas, é a situação do francês em relação ao inglês no cenário internacional. Na Idade Média, o francês sempre foi ligado à erudição, à língua das obras literárias mas com o passar dos anos, o francês sofreu uma progressiva desvalorização ao ponto de o inglês se tornar, no século XX, a língua internacional de comunicação. Desta forma, vemos duas línguas disputando um espaço na comunicação e um valor no mercado.

Em síntese, podemos dizer que os dois conceitos pensados por Bourdieu (1989), nos ajuda a compreender as situações de comunicação e como elas ocorrem. Entendemos que não podemos desvincular da língua a ação da sociedade. A língua está subordinada ao meio dos seus indivíduos e reflete as lutas de poder que acontecem.

Desta forma, os falantes, ao escolherem uma determinada língua, passam por todas estas situações mencionadas acima. Esta escolha não é livre. Quando é adotada uma determinada língua para ser usada em um ambiente formal e não uma outra qualquer, são valores, poder, simbologias que estão sendo postas em ação pela sociedade.

### **3.0 Costa do Marfim**

#### **3.1 Conhecendo a Costa do Marfim.**

Conhecido como um dos países mais desenvolvidos da África, a Costa do Marfim é um país localizado no oeste do continente africano, fazendo fronteira ao norte com o Mali e Burquina Faso, ao oeste com a Libéria e Guiné, a leste com Gana e ao sul com o Oceano Atlântico. Tem como capital política Yamoussoukro e capital econômica Abidjã, sendo esta a principal cidade do país. Estima-se que, atualmente, a população marfinense esteja em torno de 21 milhões de habitantes, pertencentes a mais de sessenta grupos étnicos distribuídos por todo o território.

FIGURA 1: Mapa político da Costa do Marfim



Fonte: [https://fr.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4te\\_d'Ivoire#/media/Fichier:C%C3%B4te\\_d'Ivoire-carte.png](https://fr.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4te_d'Ivoire#/media/Fichier:C%C3%B4te_d'Ivoire-carte.png)

O país que conhecemos hoje se origina no período de colonização pela França até meados do século XX. Após a partilha do continente Africano, apoiado no imperialismo que afluía na época, a França viu nesses territórios uma maneira de aumentar o seu poder e propagar a sua cultura e língua. Era por meio do idioma que os colonizadores passariam os seus ideais franceses. Contudo, não foi um processo fácil. Os povos nativos demonstraram muita resistência em aprender a língua francesa e, por isso, os colonizadores começaram a mudar a estratégia e focar nas crianças. Através delas passariam a ideia da superioridade europeia em relação à cultura e à língua. Para se ter acesso às obras literárias, aos conhecimentos científicos, à religião católica, seria necessário aprender francês.

Podemos dizer que a escolha de manter como língua oficial o francês, após a independência, tem uma ligação direta com este pensamento de superioridade. Como país recém liberto, não seria conveniente se manter longe da cultura dominante. Desde a sua primeira constituição em 1960, a Costa do Marfim tem deixado de lado as suas línguas nacionais – quase setenta – e tem escolhido o francês para circular nos ambientes oficiais do país.

Na sua ascensão à independência, o país escolheu como forma e sistema de governo a república presidencialista, isto é, o presidente é o chefe de Estado e de governo. Nas primeiras décadas da independência, o país vivia um período de estabilidade econômica e política, tornando-se o maior exportador de cacau no mundo, um dos maiores de café, por isso recebia mão de obra de vários estrangeiros para trabalhar nas lavouras de cacau.

No entanto, em meados da década de 90, a economia começa a desacelerar, a corrupção a se tornar mais evidente e, com isso, os sinais de uma instabilidade política começam a surgir. Uma parte da população começa a se incomodar com a presença dos estrangeiros, que naquela época chegavam a um terço da população.

Como consequência desse incômodo, os intelectuais do sul do país criam o conceito *ivoirité*. Este era usado para designar os “verdadeiros” marfinenses, isto é, os nascidos e com ascendência na Costa do Marfim. Já os de origem estrangeira, eram considerados de “segunda classe”. Com o tempo, o conceito se tornaria ainda mais fechado e ligado a questões religiosas, pois os sulistas em sua maioria eram cristãos e os nortistas, muçulmanos, estes últimos sendo considerados não-marfinenses.

Com a morte do primeiro e único presidente em 1993, seu vice assume em meio a boicotes, após uma reforma no código eleitoral, introduzindo o conceito de *ivoirité* para afastar candidatos mais populares e de origens estrangeiras, e assim, aumentando a crise no país que não seria só política, mas também étnica.

Após esses eventos, em 1999 a Costa do Marfim sofre o seu primeiro Golpe de Estado. Durante este período, o país passou por uma instabilidade econômica e política muito grande, as questões étnicas se agravaram a tal ponto que em 2002 houve a Primeira Guerra Civil Marfinense, quando o país literalmente se dividiu em dois. Ao norte, os estrangeiros ou de origens estrangeiras e, ao sul, os que apoiavam a ideia de *ivoirité*.

Este primeiro grande conflito foi iniciado com a invasão de tropas vindas de Burkina Faso que tomaram conta do norte e ficaram conhecidos como *Forces Nouvelles*, enquanto o sul era controlado pelas Forças Armadas Nacionais da Costa do Marfim.

A primeira Guerra Civil durou até 2004 e, mesmo com o seu fim, a tão desejada estabilidade no país não veio. Durante os anos seguintes, o país tentou unificar a nação, mas não obteve êxito. A ONU e as tropas do exército francês também foram uma tentativa de resolver a situação tão caótica que o país vivia.

Finalmente, com a promessa de uma resolução concreta para o conflito, em março de 2007, o presidente assinou o Acordo de Ouagadougou, que pretendia reunificar o país e realizar novas eleições. O acordo abordou o processo eleitoral, o desarmamento e a reunificação do país.

Em agosto de 2010, após ser adiada seis vezes, as eleições foram finalmente anunciadas para o fim do mesmo ano. Porém, o resultado geraria grande impasse e resultaria em novos conflitos que culminariam na Segunda Guerra Civil.

Este segundo conflito ocorreu devido à recusa do antigo presidente, derrotado nas novas eleições e apoiador do conceito de *ivoirité*, de deixar o cargo para o líder da oposição e nortista, que havia vencido.

Foram meses de negociações e violência de ambas as partes. Novamente a ONU e o exército francês tiveram que intervir, as organizações relataram violação dos direitos humanos por ambos os lados. Somente em abril de 2011, o antigo presidente foi capturado, terminando assim, oficialmente, a guerra civil.

Os conflitos políticos que aconteceram de 1999 até 2011 no território marfinense tiveram sempre como pano de fundo as questões étnicas.

### **3.2 - Situação Linguística na Costa do Marfim.**

Devido à variedade étnica tão grande, vemos os efeitos disso nas questões linguísticas. O país em questão tem como língua oficial desde a sua independência, em 07 de agosto de 1960, o francês. Ela é a língua administrativa, das mídias, do meio jurídico, do sistema educacional, da comunicação internacional e também da promoção social. Os falantes que dominam o francês *standard* possuem mais chances de alcançarem melhores condições sociais. Contudo, o francês falado na Costa do Marfim não é somente um francês *standard*,

mas também variações dessa forma. Podemos encontrar no território marfinense três variações do francês padrão: o francês marfinense, o francês popular marfinense e o *nouchi*. A primeira variedade, de acordo com alguns linguistas, utiliza estruturas sintáticas do francês *standard*, porém com interferências das línguas locais, acrescentando aspectos fonéticos. A segunda variedade é mais usada pelos falantes menos ou pouco letrados. Neste francês existe neologismos e novas criações semânticas advindas também das línguas locais. A última variedade, o *nouchi*, teve origem nas gírias dos jovens que viviam nas ruas nos anos 80. Atualmente, todos os jovens utilizam esta variante. O seu vocabulário é composto de várias línguas: francês, inglês, espanhol e as línguas locais (dioula, baoulé, bété...).

FIGURA 2: Grupos étnicos da Costa do Marfim



Fonte: <http://profvladimir.blogspot.com/2012/02/mapas-de-etniasnacoes-e-paises-no.html>

Além da língua oficial e suas variações, existe na Costa do Marfim aproximadamente setenta línguas nacionais. Todavia, não podemos afirmar com exatidão o número de línguas

nacionais no país, pois este nunca investiu em levantamentos de dados para tal descoberta, por encontrar certas dificuldades como:

- l'absence, malgré les efforts faits depuis des années, d'un inventaire exhaustif de toutes les langues parlées et de leur variantes dialectales. Il existe encore une autre confusion entre la notion de langue et celle d'ethnie (...)
- la difficulté à déterminer avec précision le nombre des locuteurs autochtones pour chaque langue.
- l'ignorance où l'on se trouve encore du degré réel de bilinguisme et si possible de trilinguisme et même de multilinguisme. (CALVET, 2001, p.179)

FIGURA 3: Grupos étnico-linguísticos da Costa do Marfim



Fonte: [https://fr.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4te\\_d%27Ivoire#/media/Fichier:IvoryCoastEthno.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/C%C3%B4te_d%27Ivoire#/media/Fichier:IvoryCoastEthno.jpg)



Dessa forma, não há evidências da quantidade exata dessas línguas. Mas, podemos afirmar que todas elas fazem parte da família de línguas nigero-congolesas e em sua grande maioria são línguas tonais.

Entre as mais faladas estão o Dioula, o Baoulé, o Bété, o Agni e o Senoufo. Nesse grupo, o Dioula possui o maior número de falantes, sendo muito utilizada no comércio, permitindo aos falantes se comunicarem entre eles, principalmente nos meios rurais. Porém, diferentemente de outros países africanos, não podemos dizer que haja uma língua nacional dominante na Costa do Marfim que possa servir como língua veicular, pois mesmo o Dioula sendo a mais utilizada, ela não abrange a maior parte do território, como é o caso do Wolof no Senegal. A língua que se apropria dessa função veicular é o francês. O idioma europeu se tornou uma língua “neutra”, por causa da diversidade linguística no território marfinense. O francês popular (uma variedade do francês *standard*) conseguiu passar até mesmo o Dioula, que é a língua nacional mais usada no comércio.

Sendo assim, as línguas presentes na Costa do Marfim são: as línguas nacionais, o francês e suas variedades, nascidas do contato com as outras línguas.

#### **4.0 - O Sistema Escolar e as Línguas na Costa do Marfim**

##### **4.1 Contexto escolar**

O contexto escolar marfinense sofre grande influência do período colonial, logo segue métodos bem tradicionais para a sua organização. O sistema escolar na Costa do Marfim é dividido em quatro ciclos.

O primeiro, denominado pré-escola, é o momento em que as crianças terão o primeiro contato formal com a língua oficial do país. É importante ressaltar que muitas famílias não falam o francês em casa, mas sim a língua da sua etnia. Por vezes, as crianças precisam aprender duas línguas de etnias diferentes, a língua do seu pai e de sua mãe. É neste contexto que a escola, especificamente o primeiro ciclo, começa a inserir o francês no cotidiano destas crianças. Nesta primeira etapa, ainda é permitido no ambiente escolar o uso das línguas nacionais. Nos intervalos ou nos momentos de recreação os alunos podem escolher a língua que julgarem melhor para se comunicar.



No segundo ciclo, o nível de inserção do francês cresce consideravelmente. Os alunos são obrigados a falar somente a língua francesa, até mesmo em momentos de recreação, e correm o risco de punição se forem ouvidos falando as línguas de suas etnias. Aqui, podemos notar uma ideia que começa a ser plantada e é continuada ao longo de todo o período escolar, a estigmatização das línguas nacionais. É o conceito de Bourdieu – *poder simbólico* – se materializando. Quando a escola, instituição que promove ascensão social e econômica proíbe falar a própria língua materna, é passada uma ideia, muitas vezes de maneira sutil, de que o francês é a língua que irá garantir todas essas mudanças que a escola trará. É esperado que ao final deste período os alunos sejam capazes de se expressar em francês sem dificuldades.

No terceiro ciclo já é percebido o aumento da proficiência do francês. O governo oferece programas educativos transmitidos pela televisão e faz uso de novas metodologias de ensino da língua francesa, para que estes alunos estejam cada vez mais em contato com ela. Ao final deste período, os alunos prestam o vestibular e continuam os seus estudos de nível superior no último ciclo de educação.

Aos marfinenses que conseguem chegar ao nível superior, podemos perceber uma inserção ativa na sociedade e, com isso, uma promoção social e profissional. Contudo, o índice da população que alcança estas últimas duas etapas do ciclo de escolarização, é de apenas 20% da população.

Segundo o último ranking de alfabetização mundial feito pela CIA World Facebook, em janeiro de 2018, a Costa do Marfim possuía apenas 43% da sua população alfabetizada. A taxa de alfabetização é o percentual da população acima de 15 anos capaz de ler e escrever com compreensão um pequeno e simples texto.

#### **4.2 – Línguas Nacionais no sistema escolar marfinense**

A Costa do Marfim – assim como outros países francófonos que conseguiram a sua independência nos anos 60 – escolheu o francês como língua oficial sem uma reflexão prévia. Após a luta exaustiva das elites pela independência, a questão linguística nunca foi um assunto a ser pensado ou de grande importância.

A elite marfinense lutou contra os ideais coloniais nos âmbitos político e econômico, mas na questão cultural, o francês e toda a cultura que ele abrangia era de grande interesse para esse novo país que queria ser reconhecido. Desse modo, após a independência, o francês passa a ser a língua administrativa e a língua presente nas escolas.

Entretanto, não foi pensado um lugar para as línguas nacionais. A ideia amplamente difundida no período colonial de que essas línguas não mostravam um sinal de progresso, mas sim o contrário, e que só separava a população, foi internalizada pelo povo e principalmente pelas elites. Essa parcela da população acreditava que a diversidade linguística seria um fator de divisão do povo marfinense que haviam lutado tanto para conseguir ser reconhecido como um estado independente. Este novo país queria ter o seu poder reconhecido e acreditavam que uma das maneiras para atingir tal objetivo era adquirindo a língua francesa como a oficial. Em vista disso, as línguas nacionais sempre estiveram à margem na Costa do Marfim.

Algumas línguas como o *dioula*, *agni* e *baoulé* ao longo dos anos se expandiram além de seus respectivos territórios e tornaram-se línguas veiculares, permitindo, assim, a comunicação entre cidades com etnias diferentes. Mesmo que ainda possuam um *status* inferior ao francês e sofram empréstimos de palavras e expressões francesas, as línguas nacionais são usadas nos mercados, na indústria da música e no meio publicitário para facilitar a comunicação ou até mesmo para promover algum tipo de reconhecimento.

Porém, apesar do uso das línguas nacionais no cotidiano da população, nenhuma delas nunca conseguiu se impor como a única língua veicular do país e, acabam tendo o seu papel ligado sempre a atividades informais e tradicionais.

A partir disso, bem lentamente, a ideia de ensinar as línguas nacionais nas escolas começa a ser pensada. O primeiro passo para a realização deste projeto foi dado através da criação do Instituto de Linguística Aplicada (ILA) em 1966.

Ao observarmos os textos fundadores do Instituto, notamos uma tentativa sutil de se iniciarem os estudos sobre as línguas nacionais no país. O artigo 2º do decreto nº66-375 cita: “Cet institut a vocation en matière d’enseignement des langues vivantes. Il est chargé de la coordination d’un laboratoire de langues vivantes” (COSTA DO MARFIM, 1966).

Como podemos perceber, o termo *línguas nacionais* ainda não era usado, mas podemos inferir que, ao usar *línguas vivas*, o texto se refere às línguas nacionais.

Analisando os primeiros trabalhos feitos no Instituto, descobrimos que a ideia não era exatamente difundir as línguas nacionais no país, mas sim melhorar o ensino de francês. Entre os primeiros trabalhos, muitos eram destinados aos erros que os alunos cometiam em relação à produção da língua francesa. Alguns dos títulos eram: *Enquête sur le français des élèves de sixième*, *Français écrit et parlé dans le second degré* e *Cours et exercices de prononciation française: prosodie*. E isso continuou por alguns anos.

Todavia, começou-se a perceber que, para entender os erros dos alunos, era preciso também estudar as suas línguas maternas. Seria preciso fazer um estudo contrastivo entre o francês e essas línguas, pois muitos erros cometidos eram erros de transferências de uma língua para outra. Em seu livro *Les langues dans l'espace francophone: de la coexistence au partenariat*, Calvet ilustra essa situação dos alunos marfinenses:

ayant sans doute senti combien il était illusoire de vouloir étudier les fautes de français d'élèves africains quand on ignorait tout de leur langues maternelle. Il y avait un risque certain de classer comme fautes inexplicables des transferts de la lg1 à lg2 que pouvait seul révéler une analyse contrastive des langues em contact. Même s'il n'était pas exact de prétendre que toutes les fautes de français de l'écolier ivoirien fussent imputable uniquement à sa langue maternelle et que l'explication de ces fautes par l'action du substrat linguistique n'était qu'une des explications possibles, elle n'était sans doute pas, et loin s'en faut, la moins probable. En effet, à cette époque on pouvait affirmer sans risque de se tromper que la quasi-totalité des élèves ivoiriens des écoles primaires et secondaires continuaient de pratiquer quotidiennement et souvent exclusivement dans le milieu familial une langue ivoirienne au moins, le français restait la langue de l'école. (CALVET, 2001, p.183)

Naquela época, mais do que hoje, os alunos utilizavam o francês exclusivamente para o ambiente escolar. Nos demais ambientes eram as línguas nacionais que se usavam, logo o contato com a língua francesa era pequeno, se comparado com as demais línguas.

Com o passar dos anos, as pesquisas que analisavam as línguas marfinenses não eram mais realizadas para melhorar o francês, mas sim com o intuito de realmente entender as estruturas sintáticas, morfológicas e fonéticas. Contudo, até meados dos anos 70, não existia uma lei que legitimasse o ensino das línguas nacionais no sistema educativo.

Foi só em 1977 que a Assembleia Nacional vota uma lei para contemplar as línguas nacionais: a Lei da Reforma. Nos artigos 79 e 80 encontramos:

Article 79:

L'Introduction des langues nationales dans l'enseignement officiel constitue un facteur d'unité nationale en même temps qu'elle permet de revaloriser notre patrimoine culturel.

Article 80:

La promotion institutionnelle de nos langues est subordonnée à leur description linguistique, leur codification, l'identification et à la consignation de leurs grammaires et lexiques, à leur réduction em manuels scolaires, enfin aux productions littéraires de tous genres qui, garantissant leurs caractère culturel et véhiculaire. Justifieraient leur intégration dans l'enseignement.

Diante desse cenário, o Instituto que antes dava um espaço pequeno para as pesquisas sobre as línguas nacionais, se reestrutura e abre três grandes setores para que estas pesquisas se aperfeiçoem e aumentem São estes: setor pedagógico e didático das línguas, setor de descrição linguística e um setor de antropologia linguística.

Ao longo dos anos, as pesquisas aumentam e, consecutivamente, os dados sobre as línguas marfinenses. O Instituto consegue criar atlas linguísticos de alguma das línguas com informações morfológicas, fonológicas e sintáticas que antes eram desconhecidas.

#### **4.3 – Tentativas de alfabetização através das línguas nacionais**

Desde a criação do Instituto de Linguística Aplicada na Costa do Marfim, os projetos de alfabetização sempre foram muito presentes, especialmente, a alfabetização de adultos. As tentativas ao longo dos anos foram inúmeras, algumas com bons resultados e outras nem tanto, porém todas ajudaram no aperfeiçoamento dessa ação.

As primeiras experiências tinham como objetivo ensinar camponeses analfabetos, através da sua cultura do campo, a ler e a escrever em francês e também as operações simples de matemática, para que pudessem ajudá-los nas suas produções. A língua usada para todo esse processo foi o francês e os materiais didáticos foram adaptados às situações do campo dos alunos. O processo de alfabetização foi feito através de correções fonéticas feitas por meio do contraste do francês com a língua *sénoufo*.

Com o passar do tempo, a ineficácia desse método começou a aparecer. A maior dificuldade dos alunos era o uso do francês. Eles ignoravam totalmente a língua, pois tinham muita dificuldade na compreensão, na repetição e produção de frases. Além de estarem restritos ao uso e contato com ela somente no período do curso. Ao final desta experiência, foi possível concluir que o erro desse método foi ensinar o francês pelo francês em um ambiente onde ele não é utilizado.

As demais tentativas de alfabetização já começaram a utilizar as línguas nacionais para esse primeiro contato e processo onde o foco mais uma vez eram a escrita e a leitura. Por causa dessas primeiras tentativas de alfabetização usando as línguas nacionais, o *slogan* na Costa do Marfim por muito tempo para esse processo era “ Je lis ma langue et j’apprends le français”. Dessa maneira, o objetivo ao fim do processo era aprender o francês, mas a maneira para se atingir isso era através das línguas nacionais. Essas experiências obtiveram êxito, mas não tiveram muita continuidade por terem sido pensadas para serem apenas hipóteses pedagógicas.

Mesmo assim, a ideia de inserir as línguas nacionais nas escolas sempre esteve muito presente entre os linguistas do país. Com estudos cada vez mais aprofundados sobre essa área e resultados que mostravam como as línguas nacionais poderiam ajudar no aprendizado do francês, pesquisas para que a primeira língua a ser ensinada nas escolas fosse a sua língua materna cresceram, pois é sabido que a utilização da sua língua materna garante o desenvolvimento afetivo e psicomotor de uma criança. É preciso que ela saiba se expressar e pensar bem em sua língua materna para que depois possa aprender uma segunda.

Assim, a ideia de ser ensinada na pré-escola somente a língua materna surgiu. O Instituto de Linguística Aplicada realizou algumas experiências em escolas pelo país. Após cinco anos desses experimentos, começaram a surgir alguns relatos dos pesquisadores responsáveis pelo projeto. Um dos mais conclusivos foi o de dois pesquisadores que atuaram no primeiro ciclo de ensino da Costa do Marfim. Em seu relato intitulado como “*Les points forts du projet sur le plain scolaire*”, os pesquisadores Outtara et Jessua expõem os pontos positivos:

Un préscolaire en langue maternelle qui a pour principal objectif d’amener l’enfant à élaborer certains concepts de base, constituant le point d’ancrage des connaissances élémentaires véhiculées par l’école, dans sa langue

maternelle, à partir de situations ludiques de complexité croissante, avant d'aborder les mêmes situations, à l'aide des mêmes articulations logiques, en français. Ce préscolaire en langue maternelle, ainsi conçu, présente de multiples avantages:

- sur le point cognitif, il permet à l'enfant de structurer sa pensée, de construire un certain nombre de concepts à l'aide des ses propres instruments, des ressources de sa propre langue avant de les aborder dans la langue seconde;

- sur le point psychoaffectif, l'utilisation de la langue maternelle dans la 1ère année d'école ne peut qu'atténuer les effets néfastes d'une trop brusque rupture avec le milieu familial. D'autre part, l'image que l'enfant se forge de l'école peut être sensiblement modifiée: l'école ne se présente plus d'emblée comme "l'anti-village", lieu où l'on tourne résolument le dos à la langue et aux activités du milieu, mais comme endroit où l'on acquiert de nouvelles connaissances à l'aide d'un langage et de stratégies déjà largement pratiqués précédemment dans le milieu d'origine...

Esse projeto utilizava as línguas maternas só nos dois primeiros anos escolares; no terceiro o francês já era inserido. Essa experiência obteve bons resultados, porém, não teve recursos para agir em grande escala. Este foi um problema que dificultou durante vários anos as pesquisas do Instituto de Linguística Aplicada na Costa do Marfim. As pesquisas das áreas de linguística nunca foram vistas como parte integrante para o entendimento e desenvolvimento do país.

#### **4.4 Dificuldades na inserção das línguas nacionais no sistema escolar marfinense**

Os resultados das pesquisas feitas pelo Instituto de Linguística Aplicada ao longo dos anos foram de grande valor para entender o papel e o funcionamento das línguas nacionais na Costa do Marfim. Contudo, ainda presenciamos o maior valor do francês em relação a elas, devido a quatro fatores.

O primeiro deles é falta de interesse do governo em investir em pesquisas relacionadas às línguas em geral. Vários fundos para projetos de pesquisa do ILA foram negados por ministros de educação de diversos governos, por acharem que as questões econômicas, de desemprego, políticas são sempre mais importantes do que as linguísticas.

O segundo problema encontrado é a falta de conhecimento em relação ao ensino de línguas. Nunca foi negado que há uma dificuldade em aprender o francês nas escolas do país. Entretanto, mesmo com as pesquisas mostrando que as línguas nacionais ajudam nesse aprendizado, as autoridades se recusam a inseri-las no sistema educacional, por achar que este

problema com o francês pode ser resolvido de outra maneira. Há uma ideia de que essas línguas nacionais já são faladas e compreendidas por todos, não existe necessidade de estudá-las. Durante esses anos de pesquisas sobre as línguas da Costa do Marfim, o Instituto sempre mostrou a necessidade de uma mudança no sistema escolar para que as línguas dos diferentes povos marfinenses pudessem ser aprendidas, mas essa ideia foi sempre veementemente recusada pelas autoridades.

O terceiro é em relação aos métodos usados para o ensino dessas línguas. Não podemos esquecer que todas as línguas presentes na Costa do Marfim são línguas orais, e desde que as primeiras pesquisas e projetos foram implementados, eram sempre visando a ensinar por meio da escrita e da leitura. Desse modo, tentava-se forçar uma tradição de escrita para línguas que não a possuíam.

O quarto é ligado à ideia de que os problemas envolvendo as línguas nacionais como o estudo, a valorização, a implementação e a propagação delas no território marfinense é de única responsabilidade dos linguistas. Desde o período colonial a ideia referente a essas línguas foi sempre a de associá-las ao atraso, ligando-as a conceitos pejorativos e depreciativos. Com isso, os marfinenses possuem uma ideia negativa das suas línguas maternas. Seria preciso da parte dos governantes, a criação de políticas linguísticas para que situação das línguas nacionais no território marfinense mudasse. No entanto, o governo continua alimentando o imaginário de que o país vive um monolinguismo perfeito.

## **5.0 – Conclusão**

A presente pesquisa se propôs a avaliar a diglossia na Costa do Marfim e qual é a relação entre francês língua oficial do país com as setenta línguas nacionais presentes no território, especialmente no sistema escolar. Tentamos entender o porquê da língua francesa ser a única a ser ensinada nos estabelecimentos de ensino quando há uma variedade linguística gigantesca no país. Tendo isso em mente, chegamos às seguintes conclusões:

A situação linguística nunca foi uma prioridade e todos os problemas linguísticos encontrados derivam deste fato. Desde a independência da Costa do Marfim, estas questões sempre estiveram à margem das preocupações do governo. Todos os problemas econômicos, políticos, sociais, com exceção dos problemas relacionados à língua, eram sempre vistos

como prioridades e, dessa forma, as línguas nunca tiveram muito espaço ou investimentos para serem entendidas.

Os problemas relacionados ao ensino de língua na escola sempre existiram, os marfinenses não conseguiam adquirir o francês e os níveis de analfabetismo sempre foram altos. Da parte dos governantes, nunca houve uma tentativa eficaz de um planejamento linguístico para o país; planejamento este que precisa ser juntamente pensado e aplicado com as políticas linguísticas. Mesmo com a falta de investimento do governo, estudos mostraram que a dificuldade dos cidadãos em aprender a língua oficial, estava relacionada ao fato de esta não ser a língua materna e também não ser utilizada em outros ambientes que não fosse a escola.

Tentativas de ensino das línguas nacionais surgiram, mas não eram ainda asseguradas por nenhuma lei. Apenas no final da década de setenta, quase vinte anos após a independência, é criada uma lei que serviria de incentivo ao ensino das línguas nacionais no sistema escolar (Lei da Reforma), alegando a união da população e que auxiliaria no aprendizado da língua francesa.

Entretanto, em nenhum momento tal regulamento foi pensado para que fosse de fato posto em prática. Nenhuma política ou planejamento linguístico foi implementado para que a situação do francês ou das línguas nacionais mudasse. Quando havia algum tipo de preocupação linguística por parte do governo, era sempre relacionada ao francês e como melhorar o nível de alfabetização nesta língua.

Porém, isso nunca desacelerou as pesquisas referentes às línguas nacionais. Algumas escolas e regiões do país passaram por experimentos demonstrando como a alfabetização primeiro em língua materna, ajudaria na aquisição da língua francesa. Certos experimentos obtiveram bons resultados, mas nenhum deles chegou a ser levado adiante pela razão que já foi mencionada anteriormente: falta de interesse do governo.

Uma outra barreira encontrada para o aumento do conhecimento das línguas nacionais e, dessa forma, tentar uma maneira de inseri-las no ambiente escolar, foi sua dificuldade de catalogação. Este fato é um resultado da falta de investimento do governo nas áreas de linguística. Devido ao número elevado de línguas étnicas no país e este ter um território muito



extenso, seria necessário um grande aparato para o levantamento e análise de dados. Atualmente, esta situação está um pouco melhor, mas ainda as informações sobre as línguas nacionais em questão de sintaxe, fonologia, léxico não são muitas. Essas línguas ainda cultivam muito a sua tradição oral.

Juntando esta situação com a falta de reflexão sobre os papéis das línguas na sociedade marfinense, sempre foi e ainda é muito difícil inserir as línguas nacionais no sistema educacional. Um fator que corrobora esta conjuntura, é o valor que elas possuem no mercado linguístico marfinense, ainda baixo em relação ao francês. Elas ainda são atreladas a um estigma muito grande de atraso e são vistas como inferiores por serem somente orais, sem tradição escrita, por não serem usadas em ambientes formais, como é caso do francês. Então nunca foi visto como proveitoso ou interessante um estudo mais aprofundado sobre elas ou a sua inserção no ensino, pois não possuem prestígio social.

Podemos dizer que este é um dos maiores fatores pelos quais as línguas nacionais não conseguem ocupar os ambientes administrativos, de ensino, grupos elevados da sociedade, ou seja, ambientes formais que trazem uma promoção social, uma vez que elas não são vistas como capazes de levarem seus falantes a esses lugares, enquanto o francês representa todo o contrário desta ideia.

O francês é a língua de mobilidade social, de acesso à cultura, à literatura. A atitude linguística que os falantes têm em relação a ele é sempre de um *status* social elevado. A língua francesa está presente nos ambientes mais desejados socialmente pelos cidadãos, todavia, línguas como o *dioula*, uma das línguas nacionais mais faladas, são encontradas apenas nos grandes mercado do país.

Devido a este lugar que o francês ocupa na Costa do Marfim, sempre existiu uma pressão muito grande para que somente ele fosse ensinado no sistema escolar. Nunca foi visto, por parte dos governantes, como benéfica, a inserção das outras línguas na escola. Um dos argumentos usados para tal afirmação era que, se alguma outra língua fosse inserida, qual das setenta seria a escolhida ou seriam ensinadas todas elas?

Esta problemática de qual língua falar em um território tão extenso e plurilinguista, fez com que os marfinenses ao longo das décadas de convívio com francês, mudassem de

uma certa forma o seu uso e imagem, apesar das simbologias e atitudes linguísticas que ele ainda carrega.

Como já mencionado acima, por haver uma diversidade linguística muito grande na Costa do Marfim, e por toda língua trazer consigo a sua cultura, hábitos e etc., seria realmente muito complicado escolher uma língua nacional para ser ensinada nas escolas, pois como sabemos, línguas expressam poder e valor e, desta forma, se uma determinada etnia estivesse dentro do sistema de ensino ela seria dominante, pois expressaria um valor simbólico de prestígio ligado à escola.

Com isso, podemos dizer que o francês atualmente ocupa uma função universal relacionada à comunicação, ou seja, a língua francesa possibilita o diálogo entre pessoas de etnias diferentes. Apesar de o prestígio, simbologia e atitudes em algumas situações não mudarem.

Não podemos esquecer que na Costa do Marfim circulam duas variedades mais utilizadas do que o francês *standard*. São estas: o francês marfinense e o francês popular marfinense. São estas duas variedades que atualmente os marfinenses utilizam de maneira neutra para se comunicar com pessoas de diversas etnias que existem no país. Para colocar todas as suas peculiaridades referentes a culturas, hábitos, costumes de lado e para que o discurso consiga alcançar mais pessoas, eles irão usar uma dessas duas formas.

Enquanto essa situação com o francês mudou e ainda muda na Costa do Marfim, atualmente não encontramos um movimento de valorização das línguas nacionais. Embora o Instituto de Linguística Aplicada tenha desenvolvido pesquisas que tentem aprofundar um pouco mais o que é conhecido dessas línguas nacionais, esses resultados nunca chegam ou tem uma recepção positiva na população ou nos ambientes escolares. O conhecimento que os marfinenses têm sobre essas línguas é transmitido oralmente dos mais velhos para os mais novos, que ainda mantêm muito viva a tradição oral.

Em vista disso, podemos dizer que atualmente na Costa do Marfim, os governantes não pensam em maneiras de se criarem políticas e planejamentos linguísticos para promoção das línguas nacionais. Não há leis que incentivem o ensino e aprendizado dessas línguas.

Ainda hoje a atitude linguística dos falantes marfinenses em relação à língua oficial é ou a de língua de acesso, seja ligada a bens simbólicos como um *status* alto na sociedade ou de ampliar a comunicação com diferentes povos. Já em relação às línguas nacionais, os marfinenses possuem uma atitude de pertencimento a um lugar ou a um povo ou de origem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. A. *Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras*. Estudos Linguísticos, São Paulo, 37 (2): 105-112, maio-ago. 2008

BOURDIEU, P. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

CALVET, L.-J. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: payot, 1987.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316

CHAUDERSON, R. ET, CALVET, L.-J.. *Les langues dans l'espace francophone: de la coexistence au partenariat*. Paris: Institut de La Francophonie- L'Harmattan, 2001.

COSTA DO MARFIM. Nível de alfabetização Costa do Marfim. Disponível em : <  
<https://www.indexmundi.com/map/?v=39&l=pt>>. Acesso em 03/12/19

FERGUSON, C. A. (1959). Diglossia. In: GIGLIOLI, P. P. (Org.). *Language and social context: Selected readings*. Baltimore: Penguin, 1972. p. 232-251

LINHARES, M. A. & DE ALENCAR, C. N.. Repensando o conceito de diglossia à luz de Michel de Certeau. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 492-518, 2016 .

LIRÁUCIO, G. Jr. Pierre Bourdieu: mercados linguísticos e poder simbólico. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, vol. 24, núm. 3, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RODRIGUES, L. C. B. Atitude, Imaginário, Representação e Identidade Linguística: Aspectos Conceituais. *Cadernos do CNLF*, Vol. XVI, No 04, t. 1 – Anais do XVI CNLF,. Rio de Janeiro, 2016. p. 362